

Índios alertam Funai para confronto em Boca do Acre

A possibilidade de um confronto entre os apurinãs de Boca do Acre (AM) e colonos que vivem no quilômetro 45 da estrada que liga Rio Branco-Boca do Acre foi levantada ontem pelos líderes indígenas José e Manoel, do grupo apurinã, que responsabilizam tanto a Funai como o Incra por qualquer incidente na área.

Os dois líderes se encontram em Brasília esperando uma comissão que vai a Boca do Acre fazer um levantamento da área. José Apurinã, que há duas semanas foi preso pela Polícia Federal no aeroporto de Rio Branco quando tentava embarcar para Brasília onde viria manter um contato com o presidente da Funai, afirmou que não aceita a comissão nomeada "porque tem dois safados, Abílio Nascimento e Benamour Fontes. Esta é a última vez que venho a Brasília, se não resolverem nada aqui, nós resolvemos lá mesmo. A Funai está fazendo tudo contra a lei. Se algum índio morrer a culpa é da Funai, se algum colono morrer, a culpa é do Incra".

DISPUTA

Os índios apurinã reivindicam a demarcação de suas terras, uma vez que a área ocupada no momento,

17.740 hectares, é insuficiente e não conta com nenhuma nascente de rio, além disso, 44 colonos e extratores de castanha estão na reserva exigida pelos índios e estes foram proibidos pelo delegado da Funai em Porto Velho, Apoena Meireles, de buscarem castanha. O grupo não aceita qualquer troca de terras e, afirmou José Apurinã, "vamos ficar lá de todo jeito. Ali é nossa terra, se quiserem tirar a gente de lá vão ter que matar todo mundo, porque nós não vamos sair. Lá tem cemitério de meu pai meu avô. A terra sempre foi nossa".

O problema entre apurinãs e colonos estava praticamente resolvido no início de 1979, pois os colonos aceitaram a promessa de que seriam reassentados em outra área. No dia 16 de março deste ano o sertanista Apoena Meireles num encontro com os colonos afirmou-lhes que estes não sairiam da área. Encorajados, tanto os colonos que vivem na área indígena como outros posseiros, num total de 300 pessoas de Boca do Acre invadiram a sede do Incra naquela cidade exigindo a mesma terra reivindicada pelos apurinãs. Depois desta invasão a Funai decidiu enviar uma comissão para estudar o problema. A comissão segue no dia 15 deste mês.

Desta comissão participam o IV Batalhão de Fronteira, presidente da Federação dos Agricultores de Boca do Acre, um representante do Incra e dois representantes da Funai. De acordo com funcionários da Funai a designação desta comissão "é ilegal, pois segundo o Estatuto do Índio, deveria ir um topógrafo, um engenheiro e um antropólogo". Para estes funcionários a Funai está adotando uma nova sistemática de demarcação de terras que foge completamente à orientação do Estatuto do Índio, pois o Estatuto exige que um antropólogo faça eleição de área e a partir daí é que se pode definir os limites.

Com esta comissão, afirma o Cime, "a Funai obedecerá aos critérios do Incra porque se não há antropólogos na comissão, é difícil se acreditar que a área escolhida é realmente de ocupação indígena ou se foi escolhida por não ter qualquer meio de sobrevivência para o grupo".

O Cime afirma ainda que o Departamento Geral de Patrimônio Indígena, que é encarregado da demarcação de terras, encontra-se nas mãos de ex-funcionários do Incra, "começando pelo diretor-geral, coronel Cláudio Pagano, que durante alguns anos trabalhou para o Incra".

Expulsão de posseiros na Amazônia

Ao criticar ontem, da tribuna da Câmara, o estímulo ao ingresso do capital estrangeiro na Amazônia, o deputado Délio dos Santos (PMDB-RJ) rotulou o fato de «política criminosa», responsabilizando o presidente Figueiredo e «o seu premier, o senhor Delfim Netto».

«Isso está significando — afirmou o parlamentar — a expulsão dos posseiros da Amazônia, através de uma bárbara repressão da polícia e de pistoleiros a serviço dos grileiros e grandes proprietários. O extermínio dos índios, e já não se respeitam nem as reservas estipuladas pelo próprio governo federal, com a devastação da floresta ameaçando o equilíbrio ecológico».

Depois de afirmar que o governo está vendendo a Amazônia, mas que a área não pode ser utilizada para solucionar a grave crise econômica do país, Délio dos Santos conclamou os brasileiros para a luta em defesa daquela parte do território.